

Silva, *Que significa 'verum' no conhecimento? O conceito de veritas cognitionis na Disputação VIII, Secções I e II* (173-204); R. Pich, *O transcendental verum na Disputatio VIII, 7, das Disputationes Metaphysicae de Francisco Suárez* (205-227); Parte III – CAUSALIDADE: M. Mendonça, *Causas contingentes e causas livres – o determinismo de Suárez na Disputatio XIX* (231-255); C. González-Ayesta, *Duns Scotus's Influence on Disputation XIX* (257-291); M. Pulido, *Comentario a la Disputatio XXV: Causalidad ejemplar* (293-319); ANTOLOGIA DE TEXTOS: Razão e percurso de toda a obra. Ao Leitor (323-325, trad. C. Nascimento); Proémio (327-328, trad. C. Nascimento); Disputação I, secção I (329-349, trad. C. Nascimento); Disputação I, secção V (351-354, trad. C. Nascimento); Disputação V, secções I, II, III, V, VI (355-432, trad. P. Faitanin); Disputação VII, secção I (433-455, trad. P. Silva); Disputação VIII, secções I a V (457-496, trad. P. Silva); Disputação VIII, secções VII e VIII (497-533, trad. R. H. Pich); Disputação XXXI, secção III (535-539, trad. A. Cardoso); Disputação XXXIX, secção I (541-552, trad. J. Lima e P. Silva); ÍNDICES: Autores antigos, medievais e renascentistas (555-557); Autores modernos e contemporâneos (559-562); Temático (563-564).

João Rebalde  
(Gabinete de Filosofia Medieval / Instituto de Filosofia da UP)

Sofia MIGUENS – João Alberto PINTO – Manuela TELES (Coord./Ed.), *Aspectos do Juízo/Aspects of Judgement*, (Col. MLAG Discussion Papers, 4), Ed. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2010, 296 p., ISBN 978-972-8932-69-5.

O livro “Aspectos do Juízo” reúne um conjunto de ensaios resultante dos colóquios internacionais C-MALG realizados em 2009 e 2010, realizados no âmbito do projecto do MLAG (Mind Language and Action Group) “The Bounds of Judgement”. Os ensaios reunidos neste livro, apresentando uma diversidade de orientações filosóficas, visam explorar a natureza e os limites do que se entende por juízo. O livro encontra-se dividido em duas partes sendo que a primeira parte reúne alguns dos contributos iniciais do e para o projeto “The Bounds of Judgement” e na segunda parte são apresentados alguns dos contributos dados pelos investigadores do MLAG (fora do âmbito do projeto em questão) sendo que a denominador comum será uma abordagem do ponto de vista da ética. Partindo da introdução feita por Sofia Miguens, este livro permite-nos um acesso ao problema dos juízos nas suas diferentes dimensões (epistemológica, lógica, metafísica, ética), reunindo contributos das mais diferentes áreas da filosofia (Filosofia da Mente, da Linguagem, da Acção). Tópicos como a percepção, a representação, o disjuntivismo, os debates entre Kant e Frege, as distinções entre fato e valor, entre outros são alguns dos temas estudados nesta coletânea de ensaios e que constituem os problemas centrais do projecto em questão. O que se segue é uma breve exposição dos diferentes contributos que tornaram este livro possível.

Charles Travis no seu artigo “The Province of Thinkers” pretende mostrar que para que algo possa ser representando como sendo de determinada maneira - Travis distingue auto-representação de alo-representação, focando-se essencialmente neste segundo tipo de representação de acordo com a qual o que é representado não é algo histórico ou circunstancial mas algo particular como caindo sob o caso geral –, implica que esta representação possa ser reconhecida por pensadores devidamente equipados e posicionados para a perceber. Tendo

como pano de fundo as teses de Frege expressas em “Der Gedanke”, Travis explora neste ensaio que características devem ter pensadores como nós para que nos seja possível fazer juízos acerca do mundo. O que Travis irá questionar no seu ensaio é até que ponto será necessário um pensador ser um agente e se ser um pensador implicará necessariamente ser um agente, sendo que segundo Travis (e Frege), será só porque somos pensadores de determinado tipo que o mundo se abre para nós.

No seu ensaio “La Beauté”, Paulo Tunhas pretende mostrar como é possível que o sistema kantiano seja um sistema completo. Partindo das duas primeiras críticas de Kant e respectivos domínios, o domínio da natureza e o domínio da liberdade, Tunhas apresenta uma solução para completar o sistema Kantiano de modo a ultrapassar o abismo que caracteriza a maneira de pensar próprio das ciências (o paradoxo do sentido interno) e o limite que caracteriza o modo de pensar acerca das modalidades da liberdade humana (a insondabilidade da intenção). A finalidade de Tunhas é mostrar que o sistema kantiano apresenta uma continuidade sem lacunas. Para alcançar este objetivo, Tunhas centra a sua reflexão no campo do supra-sensível e na questão do belo. Ensaia assim a ideia de que através do belo é possível encontrar em Kant e na Crítica da Faculdade de Julgar, uma maneira de pensar a passagem, como que o fio condutor das continuidades que procuram solucionar abismos e insondabilidades, e que permita uma saturação do sistema e colmatação de lacunas. Tunhas mostra neste ensaio, como a reflexão sobre o belo e o campo do supra-sensível podem cumprir este ambicioso projeto Kantiano.

Em “Representaciones no-conceptuales y lo dado: Revisando a Fodor”, José Falguera, recorrendo à distinção de Fodor entre Representações Mentais Icónicas RMI e Representações Mentais Discursivas (MRD) e às noções de composicionalidade e individuação, pretende refletir sobre a natureza da representação. Mais concretamente, Falguera pretende argumentar contra Fodor sobre o estatuto das RMI, nomeadamente a ideia de que, segundo Fodor, nestas representações não se verificar a influência de processos inferenciais nem da consciência. Contra Fodor, Falguera irá mostrar que este tipo de representações constituirão um suporte que permitirá dar razões para as nossas crenças perceptivas. Para esse fim, Falguera irá recorrer à experiência de Julez, às objeções de Balog e à experiência de Sperling no sentido de procurar justificar como uma crença perceptiva pode ser epistemologicamente sustentável. O debate acabará por ir de encontro a uma discussão muito mais ampla e igualmente contemporânea: o conceptual vs. não-conceptual.

No ensaio denominado por “Los enunciados de percepción y su valor de verdad”, Juan Vázquez procura pensar sobre como podem enunciados perceptivos serem justificados através de experiências perceptivas. Dito de outro modo, o autor procura refletir sobre o estatuto epistémico da perceção enquanto capacidade de justificação de crenças. Dado o carácter lato do tema da perceção, Vázquez operacionaliza o conceito como consciência explícita da identificação de alguma coisa ou situação particular. O seu argumento incide em três eixos que considera centrais para pensar o problema da perceção: estímulo, arquitetura do sistema perceptivo e sistema de categorização/taxonomização do sujeito (subjacente a esta tríade encontra-se, segundo Vázquez, a necessidade de contexto). Tendo sempre por base os contributos da ciência cognitiva e da fisiologia, e passando pelas noções filosoficamente complexas de perceção, representação e intencionalidade (separando o acto de perceber da experiência perceptiva), Vázquez defende que «perceber epistemologicamente um item é identificar esse item como membro de uma determinada categoria e, considerando os conceitos como as representações mentais das categorias», torna-se «claro que os juízos de perceção podem encontrar justificação empírica através de experiências perceptivas verídicas correspondentes» (p. 156).

No seu ensaio “McDowell on Moral Judging”, Rui Sampaio da Silva procura mostrar como através da filosofia moral desenvolvida por McDowell é possível compreender a natureza dos juízos morais. Para esse efeito, Sampaio da Silva recorre à obra seminal de McDowell “Mind and World”. Aí, recorrendo a uma expressão de Max Weber, McDowell defende a ideia de um reencantamento parcial da natureza, reencantamento esse que permitirá a inserção dos valores e do sentido no tecido do mundo. Sampaio da Silva desenvolve o seu argumento mostrando a oposição das teses de McDowell por relação ao não cognitivismo. Para sustentar o seu argumento, recorre a outra noção usada por McDowell, esta de origem aristotélica, de segunda natureza para mostrar como os valores podem de facto fazer parte do tecido do mundo e recorrerá a Wittgenstein, nomeadamente à ideia de “seguir-regras” (interpretando Wittgenstein) de modo a sustentar a paroquialização dos juízos morais sem, no entanto, por em causa a sua objectividade. Por fim, Sampaio da Silva serve-se de outra noção usada por McDowell, a noção de Bildung, como complemento à noção de segunda natureza, para mostrar como o processo de educação numa cultura, a introdução numa comunidade, poderá ser capaz de justificar a objectividade dos juízos morais.

Com o seu ensaio “Linguaxe, Acción e Cognición”, M<sup>a</sup> Uxía Rivas Monroy pretende mostrar como a partir da filosofia de Pierce, nomeadamente o seu estudo da noção de juízo, asserção e crença, condensados nas teses semiótica e pragmatista, se anteciparam algumas das discussões contemporâneas sobre a natureza do juízo. Recorrendo à obra de Austin e de Putman, onde se encontram vestígios peircianos, Rivas Monroy reflete sobre uma das dicotomias mais problemáticas da filosofia – a distinção entre juízos de fato e juízos de valor. Rivas Monroy, apoiando-se na distinção Peirciana de asserção e de juízo, defende que esta distinção não acompanha a problemática e mal concebida dicotomia facto/valor, mas que as noções de asserção e juízo encontram-se implicadas uma na outra.

Em “Seeing and Judging”, Sofia Miguens pretende defender que a tese anti-cartesiana de Dennett que sustenta a sua (de Dennett) teoria da mente não pode ser aplicada ao caso da experiência perceptual. O mote de Dennett seria “Seeing is Judging”. Para defender esta posição, Miguens começa por dizer que a fixação do conteúdo nos juízos internos só pode ser compreendida através do papel que a linguagem desempenha relativamente à teoria da consciência de Dennett. Mostrando que a linguagem desempenha dois papéis centrais, um ligado à “linguagem e cognição” e outro ligado ao “lugar da mente na natureza”, Miguens vai argumentar que as consequências que se retiram de ambos os papéis, no contexto global do trabalho de Dennett, se revelam incompatíveis e resultam num inesperado resultado: ao dizer que ver é acreditar no que se está ver, Dennett vê-se obrigado a defender que, numa experiência perceptiva, o agente acaba por não se encontrar com os objectos, sendo que a atenção obrigatoriamente se torna direccionada para o interior do agente. Dennett acaba por ser obrigado a defender o que tanto se esforçou por refutar. Será neste contexto que Miguens recorre a McDowell no sentido de evidenciar este ponto: «thought does not have to be carried out to its objects by an hypothesis, as the object is directly there for the thinker» (p. 209).

No artigo “Quem manda nas palavras”, Maria Luísa Couto Soares pretende refletir sobre a naturalização da linguagem e as suas implicações/consequências relativamente às teorias do sentido e da significação. A principal preocupação deste ensaio é a de pensar o fenómeno linguístico não só em termos de racionalidade e intencionalidade, mas também perceber até que ponto uma conceção naturalista da linguagem (fundada na ciência) poderá explicar a flexibilidade e plasticidade (usando as palavras da autora) da linguagem. Partindo das posições filosóficas de Chomsky e Quine de acordo com a qual «a linguagem está subdeterminada pela experiência e a criança possui uma aptidão inata para a linguagem» (p. 212) e evidenciando

os desacordos entre ambos, Maria Luísa Soares explora os limites da linguagem dentro de uma perspectiva analítica, não só expondo os traços que caracterizam a tradição analítica como também colocando três objeções gerais a uma naturalização da linguagem. Estas objeções constituem a segunda parte do ensaio e dizem respeito 1) às condições de possibilidade da linguagem, 2) à sua intencionalidade e convencionalidade e, por último, 3) à liberdade, espontaneidade e criatividade que abarca o fenómeno linguístico.

Em “Frege sobre ver cores” Manuela Teles procura argumentar sobre a possibilidade de uma posição concetualista relativamente a experiências perceptivas. Concretamente, Manuela Teles pretende mostrar até que ponto uma posição concetualista desta natureza é robusta para o caso perceptivo de cores. Partindo da distinção entre objetividade e subjetividade de Frege e recorrendo os contributos dados também por Frege em “Os Fundamentos da Aritmética” e “Der Gedanke” Teles defende neste ensaio que as capacidades concetuais são necessárias para que possa ocorrer a discriminação de objetos, propriedades e relações sob pena de, se tal não fosse viável, o mundo ficaria fechado para o pensador, tudo o que teríamos seriam apenas *Vorstellung*.

Até ao momento foram expostos alguns dos materiais que constituíram o início do projecto “The Bounds of Judgement”. Passar-se-á de seguida à segunda parte do livro, referente a outros contributos dados pelos investigadores do MLAG. Como já foi referido, os ensaios que agora vão ser apresentados não se encontram relacionados com o projecto “The Bounds of Judgement”. O denominador comum será, a partir deste momento, o ponto de vista ético.

No seu ensaio, “O argumento da consequência”, Miguel Ámen pretende fazer uma exposição do argumento da consequência, refletindo sobre as suas características básicas. O argumento da consequência é o argumento de acordo com o qual “Se o determinismo é verdadeiro, então as nossas acções são consequências das leis da natureza e de acontecimentos que ocorreram num passado remoto” (p. 243). Neste seu ensaio, Miguel Ámen expõe e desconstrói o argumento da consequência com vista a mostrar que num mundo determinista não existe possibilidade de agir de outro modo. Dada a natureza do argumento, a problemática do livre-arbítrio surge como inevitável. A última secção do ensaio dedica-se a explorar o modo como o argumento da consequência e o livre-arbítrio se interpenetram, expondo um conjunto de argumentos e princípios que visam testar a robustez do argumento (o que designou de Argumento Clássico, Princípio de Possibilidades Alternativas, Argumento de Frankfurt e Princípio da Autonomia).

Em “Alguma vez serei um Cyborg”, Rui Vieira da Cunha apresenta um argumento contra a perspectiva animalista de Eric Olson que considera que animal, animal humano, organismo e não pessoa será o melhor candidato para caracterizar aquilo que fundamentalmente somos e que melhor caracterizará as nossas condições de persistência – ou seja, animal e não pessoa será um candidato mais adequado a ser um *substance concept*. Para contestar a tese de Olson, o autor cria uma experiência mental onde um animal humano (Tom) sofre, ao longo da sua vida, uma série de transformações que o tornarão num ser totalmente inorgânico, sem que ocorra qualquer tipo de interrupção das suas funções vitais. Em função da posição de Olson – nomeadamente que um organismo não poderá nunca vir a ser um não organismo ou um organismo não-biológico e mantendo nesse caso o *substance concept* – desta experiência retiram-se duas consequências: ou a noção de organismo não se adequa a seres como nós, ou necessita de ser refinada para esse mesmo efeito. De um outro modo, trata-se de ou desistir da tese animalista ou de aperfeiçoar o *substance concept*.

No seu ensaio “Naturalização da ética: pressupostos, compromissos e implicações metaéticas”, Susana Cadilha procura mostrar que as mais recentes tentativas de naturalização

da ética, levadas a cabo por empreendimentos científicos como a psicologia evolucionista ou a psicologia cognitiva, podem dizer-nos alguma coisa acerca das várias teorias metaéticas em confronto, nomeadamente realismo normativo, realismo naturalista, anti-realismo. Isto é, se for possível mostrar que há uma base natural para os nossos valores e atitudes éticas, o que é que isso significa do ponto de vista metaético (da fundamentação da ética)? Temos que ser realistas naturais ou normativos ou anti-realistas? No seu ensaio, Susana Cadilha mostra que as propostas de naturalização da ética nos deixam mais próximos de um anti-realismo, mas que essa solução não tem de ser problemática.

De um modo geral, os ensaios reunidos neste livro caracterizam o esforço levado a cabo pelo MLAG, através do seu projecto “The Bounds of Judgement”, de modo a procurar uma confluência de posições filosóficas sobre um tópico que, por si só, é bastante controverso. Ao evidenciar os seus diferentes aspectos, este livro é um excelente apoio para quem se inquieta com a noção filosófica do juízo.

João Santos

Sofia MIGUENS e Gerhard PREYER (ed.), *Consciousness and Subjectivity*, (Col. Philosophical Analysis, vol. 47) Ontos Verlag, Frankfurt a.M., 2012, 393 p., ISBN 978-3-86838-136-8.

De acordo com os seus editores, Sofia Miguens e Gerhard Preyer, os textos de *Consciousness and Subjectivity* foram reunidos com o intuito de dar voz a uma preocupação partilhada relativa aos projetos filosóficos de naturalização da consciência, nomeadamente àqueles que têm origem na tradição analítica. A preocupação prende-se com a existência do que consideram ser “blindspots” (“pontos cegos”). Para Miguens e Preyer, há algo que fica por explicar ou conhecer acerca da consciência nestes projetos naturalistas. Pensamos que os textos aqui reunidos podem ser vistos como apontando para esses lugares vazios. Por via da descrição objetiva das contribuições de cada autor, nesta recensão pretendemos mostrar como fica sugerido pelo conjunto de textos que o *ponto de vista de primeira pessoa*, diretamente entrevistado na atividade da consciência, não se presta *tout court* a uma explicação de tipo naturalista reducionista. A mesma sugestão está presente na escolha, por parte dos editores, de Dieter Henrich e Hilary Putnam, a quem dedicam o livro, como «figuras de ancoragem» das discussões apresentadas. A mesma escolha serve ainda para ilustrar a intenção dos editores de pôr em diálogo a tradição dita continental e a tradição dita analítica. Assim, foi nosso objetivo destacar, no contexto da nossa revisão, como cada artigo lida, por um lado, com os problemas levantados pelos editores e, por outro, com a herança de cada uma destas tradições. Com a escrita desta recensão, deparamo-nos, naturalmente, com a dificuldade de traduzir alguns dos termos usados, porventura os mais importantes. Certas de que os mesmos termos podem ser usados com diferentes sentidos pelos vários autores e que discussões acerca do seu significado não são questões de mera tradução literal mas antes questões filosóficas substanciais, optámos por ignorar eventuais disputas e traduzir os termos problemáticos, comuns a todos ou quase todos os textos, da mesma maneira. Como resultado, em todos os textos, traduzimos “self-awareness” e “self-consciousness” para “consciência de si”. O termo mais complicado é, naturalmente, “self”. Neste caso, optámos por uma tradução mais “flexível”, adaptada a cada um dos contextos em questão: em alguns casos simplesmente não traduzimos e noutros traduzimos por “Eu”